

HABEAS CORPUS Nº 549.119 - SP (2019/0359063-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : FABIO ROGERIO DONADON COSTA
ADVOGADO : FABIO ROGERIO DONADON COSTA - SP0338153
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE FRANCISCO RICCI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE FRANCISCO RICCI, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2249182-73.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 01-11-2019, como incurso no artigo 33 da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Sustenta o impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que a quantidade de droga encontrada com o acusado seria pequena, não justificando o seu encarceramento provisório.

Defende que, caso condenado, fará jus à aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de drogas, o que possibilita a fixação de regime inicial diverso do fechado e a substituição por restritiva de direitos, razão pela qual a prisão preventiva do acusado seria mais severa que os efeitos de sua eventual condenação.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor. Subsidiariamente, pleiteia sejam aplicadas medidas alternativas à prisão.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 94-95):

[...]

A decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva reúne fundamentação idônea, razão pela qual

deve ser ratificada.

Com efeito, a autoridade judicial apontada como coatora reportou-se aos indícios de autoria e de materialidade, bem como chamou a atenção para detalhes do caso concreto. Ressaltou que o paciente se valou de seu trabalho como entregador de pizzas para praticar o delito e, ainda, que ele conta com condenação definitiva pela prática do crime de furto.

Anota-se que primariedade, trabalho e endereço certo são atributos esperados de qualquer cidadão e o fato do paciente eventualmente reuni-los não autoriza, automaticamente, a concessão da liberdade provisória quando, como no caso concreto, estão presentes os pressupostos da prisão preventiva, que convive harmonicamente em nosso ordenamento jurídico com o princípio constitucional da presunção de inocência.

Assim, diante das peculiaridades do caso concreto, especialmente, a existência de notícia de que o paciente valia-se de sua função de entregar de pizzas para entregar drogas, o que aponta para o envolvimento do paciente com o submundo do tráfico de drogas, e considerando-se a possibilidade de retomada da atividade criminosa, a prisão preventiva revela-se pertinente, para preservação da ordem pública.

Por identidade de razões, é inviável a fixação de medidas cautelares diversas da prisão que, no caso em análise, não se mostrariam suficientes para resguardar a sociedade de novas investidas do paciente.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Ademais, "*conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente possuir maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade*" (RHC 118.655/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019), sendo certo, outrossim, que "*não se presta a via do habeas corpus para análise de desproporcionalidade da prisão em face de eventual condenação do réu, uma vez que tal exame só poderá ser realizado pelo Juízo de primeiro grau, após cognição exauriente de fatos e provas do processo, a fim de definir, se for o caso, a pena e o regime a serem aplicados*" (HC 541.504/MS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 22/11/2019), o que afasta a plausibilidade jurídica da tutela requerida.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator